

Organização:  Konrad
Adenauer
Stiftung

Colaboração:  PSDB
MULHER

Workshop Mulheres na política: capacitação para novas lideranças

**LOCAL: PSDB - Av. Indianópolis, 1.123
Bairro Moema - São Paulo / SP
DATA: 29 e 30 de janeiro de 2015**

RELATÓRIO

Aline Soares e Marina Caetano

Abertura

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015 a Fundação Konrad Adenauer, em parceria com o PSDB Mulher de São Paulo, realizou o 'Workshop Mulheres na política: capacitação de novas lideranças'.

Thelma Oliveira, Vice-presidente do PSDB-Mulher Nacional, fez a abertura do curso afirmando que o PSDB saiu vitorioso do pleito de 2014, mesmo não tendo vencido as eleições, pois o partido teve um grande crescimento. Especialmente, houve grande aumento do interesse das mulheres em suas atividades.

Nancy Thame, Presidente do PSDB-Mulher de SP, enfatizou a importância do apoio da Fundação Konrad Adenauer ao PSDB Mulher. Ela destacou como a questão feminista é encarada muitas vezes como uma luta contra os homens, sendo que, na verdade, é uma luta para a conquista de direitos. As mulheres não tem pretensão de ser melhores que os homens em tudo o que fazem, mas sim de possuir os mesmos direitos e o respeito da sociedade.

Felix Dane, Representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, citou as variadas frentes do trabalho da Fundação no Brasil:

- **Economia Social de Mercado**
- **Educação Política**
- **Meio Ambiente, Clima e Energia**

- **Política Internacional**

E deixou clara a importância da Educação política nos projetos da Fundação, tendo em vista sua missão de promover a democracia e seus valores.

Mesa redonda: Sistema político brasileiro e democracia

Humberto Dantas deu início à mesa redonda sobre o sistema político brasileiro e democracia demonstrando as diferentes percepções daquilo que seria o modelo ideal de um sistema político para o país. Além disso, expôs a crise da democracia representativa brasileira, que necessitaria de uma reforma. Segundo Dantas, a imensa dificuldade na existência de uma mudança política da maneira que é pensada esbarra no fato de que as maiores bancadas partidárias pensam de maneira diferente.

Apesar de parecer algo difícil, existe sim a possibilidade de uma convergência entre os partidos. Humberto afirma que parece razoável imaginar que os grandes partidos políticos defenderiam algumas bandeiras em comum, tais como o fim das coligações e eleições proporcionais. Afinal, tais ações contribuiriam para a diminuição da chance de pequenos partidos elegerem alguns candidatos. Por fim, Dantas mencionou a preocupação dos grandes partidos com a entrada dos chamados partidos pequenos ou nanicos no cenário da política nacional. Esse seria o motivo para a busca da criação de uma cláusula de barreira, um dispositivo que restringe ou impede a atuação parlamentar de um partido que não alcance um percentual mínimo de votos determinados. Em 2006 a cláusula de barreira foi utilizada nas eleições. No entanto, o judiciário considerou-a inconstitucional. A solução seria reeditá-la de forma mais cuidadosa. Humberto Dantas encerrou sua participação com uma provocação ao perguntar: "o sistema político brasileiro atende a democracia? Sim! Mas você preferiria que fosse do seu jeito? Claro, eu também gostaria que fosse do meu!".

Maria Isabel Soares comentou a divisão de poderes do Estado brasileiro. Segundo ela, o direito é preconizado na Constituição, e para que seja obedecido é necessário que o Poder Executivo faça a sua parte. Uma vez que o executivo se mostre inoperante, teoricamente o Poder Judiciário poderia intervir. Num país como o Brasil, onde o executivo não atende as demandas ou, de maneira informal, não "funciona", o judiciário se torna muito mais ativo. Entretanto, o judiciário toma pra si também tarefas que não seriam suas, e aquilo que poderia ser bom, se tornam excessivo. Não que o judiciário seja de fato um vilão, mas é necessário haver um equilíbrio. A estrutura do judiciário é mais complexa, visto que teoricamente não se vota em seus membros, pois se cobra um conhecimento técnico, sendo necessário um concurso público. Todavia, há ali uma tendência ao abuso, pois não existe uma visão do judiciário como um conjunto de servidores públicos, ou seja, que estão para servir. E sim um grupo que estaria supostamente a favor de interesses de determinados setores da política.

Roberto Eduardo Lamari, Diretor Executivo da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, comentou que a função do poder legislativo seria fiscalizar e legislar, porém existe um distanciamento do que se faz dentro de uma casa legislativa e a sociedade. É preciso encurtar essa distância, trazer a sociedade para dentro. Ou seja, fazer

com que a sociedade participe de maneira mais ativa. Ele exemplificou essa necessidade utilizando o modelo europeu, que conta com a maior participação da sociedade nas decisões tomadas pelo legislativo. Afinal, se a fiscalização do legislativo não é bem feita, como poderia ser melhorado? De acordo com Lamari, a criação de ouvidorias e de indicadores (independente do tamanho do município), seriam boas medidas para uma melhoria da fiscalização.

Mulheres na política

Lucia Avelar, professora de Ciência Política da Unicamp, apresentou um pequeno panorama histórico sobre a trajetória seguida pelas mulheres para se tornarem sujeitos políticos da sociedade brasileira. No Início do século XX, com a Revolução Soviética, mulheres brasileiras de elite se associaram ao partido comunista. Depois disso, na ditadura getulista de 30-45, houve uma cisão dentro da Igreja Católica, porque parte dela não concordava com a política de Vargas, que não dava atenção aos brasileiros pobres e marginalizados. Parte da Igreja Católica se empenhou na luta política pró-igualdade, com maior socialização política dos jovens, e essa associação teve uma forte adesão também das mulheres. Na década de 1960 as mulheres começaram a participar do processo educacional, e hoje em dia, as mulheres são mais educadas do que o homem 3% em média, inclusive em relação ao ensino superior. Portanto as mulheres se tornaram mais independentes, quiseram participar mais do mundo do trabalho e das práticas políticas. Através de um partido político? Não! Segundo Lucia, as oligarquias partidárias eram - e ainda são - fechadas, e não reconheceram a mulher na política. Solução? Encontrar espaço no Estado por meio da participação coletiva, através de ONGs, associações de bairro e das universidades. Já na década de 1990 as brasileiras começaram a se organizar e fazer parcerias com mulheres trabalhadoras das classes mais marginalizadas.

Fátima Jordão, Conselheira do Instituto Patrícia Galvão, demonstrou que, de acordo com as estatísticas, o Brasil está atrás de quase todos os países da América do sul no que se refere à igualdade de gênero. Qual é o grande obstáculo a uma maior participação da mulher na política? Fátima afirmou que são os partidos políticos. A questão da distribuição financeira e da distribuição de recursos. Em 2010 foram repassados mais de 120 milhões de reais para os diretórios, e naquela época as mulheres receberam apenas 8% desses recursos. Tais recursos estão diretamente relacionados à força que se consegue ter dentro do partido. Entretanto, os partidos não são os únicos obstáculos, segundo Fátima. A mídia também contribui para a perpetuação da maneira como a sociedade percebe a mulher. Parafraseando Nelson Rodrigues, Fátima disse "em machismo não se improvisa, se forma no dia a dia". Alguma coisa aconteceu na sociedade para a mudança na participação das mulheres. Segundo uma pesquisa, 74% afirmaram que democracia de fato tem que ter a maior participação da mulher. Ainda nessa mesma pesquisa, as mulheres são consideradas mais éticas e cumprem mais as promessas de campanha. A sociedade como um todo tem uma boa percepção do trabalho na mulher na política.

Mariana Giorgion mostrou dados sobre os entraves à educação, especialmente com um recorte de gênero. Segundo Mariana, 61,2% das mulheres possuem 11 ou mais anos de

estudo, e essa porcentagem é superior à proporção de homens. Porém 17% das mulheres economicamente ativas são empregadas domésticas, ou trabalham com serviços domésticos. Outras áreas onde as mulheres são ativas, e geralmente maioria, são as áreas de saúde, educação, comércio e prestação de serviço. Entretanto tais setores não são considerados áreas de produção e são justamente os mais mal remunerados da economia. Um exemplo é que na área da medicina 70% dos médicos são homens. Por fim Mariana comentou como o momento de reprodução da mulher se torna um problema, já que na maternidade (e mesmo na gravidez) a mulher não tem auxílio nenhum da sociedade para ser mãe.

Maioria oprimida

Silvia Rita Souza, Consultora e Conselheira dos Diretos da Mulher do DF, apresentou o vídeo "Majorité opprimée" ou Maioria oprimida, em português, no qual há uma troca de papéis entre homens e mulheres na sociedade. Após a exposição, Silvia explicou um pouco do que acontece no vídeo fazendo um paralelo com a real situação da mulher. No filme um homem passa por várias situações nas quais ele sofre assédios, é humilhado e muitas vezes colocado numa posição de segunda classe na sociedade. Segundo Silvia, uma maneira da mulher se empoderar é a construção ou o resgate de sua autoestima, pois esta seria imprescindível para nos tornarmos sujeitos das nossas histórias.

Já Aline Soares, Coordenadora de Projetos Políticos da Fundação Konrad Adenauer, fez uma breve apresentação sobre as mulheres na guerra, demonstrando em exemplos como as mulheres sofrem ao redor do mundo em conflitos. Em seguida, desenvolveu um paralelo entre a guerra como conflito em si, e a guerra do dia a dia das mulheres no Brasil, tanto por mais reconhecimento como por respeito na sociedade.

Yeda Crucius, economista e política, fez um breve panorama sobre o fato das mulheres serem oprimidas na sociedade brasileira. Encerrou sua fala com uma frase marcante: "a violência está presente entre o homem e a mulher através da maneira que a sociedade machista se apresenta".

Funcionamento dos partidos políticos no Brasil

Rodrigo Estramanho, professor de Ciências Sociais da FESPSP, expôs brevemente o funcionamento dos partidos políticos no Brasil. Ele afirmou que os partidos políticos agem de maneira disfuncional do ponto de vista democrático e funcional do ponto de vista fisiológico. Para ele, vive-se um período complicado na relação entre os partidos no Brasil, porém também momento único de mais de 20 anos de democracia. Desde a Proclamação da República tivemos apenas dois períodos de democracia no país, entre 46 e 64 e agora após a ditadura militar. Contudo, temos uma democracia que passa por uma crise de representação. Afinal, a maioria esmagadora dos partidos nasce no e para o Estado, pois são pouquíssimos os partidos brasileiros que nasceram na sociedade. O PT é um exemplo: nasce da trindade entre igrejas, intelectuais e movimentos sociais. No Brasil, o vínculo da

sociedade civil com as organizações é de apenas 2% e com os partidos políticos apenas 3% da população; ou seja, o brasileiro tem pouca participação, seja nas organizações, seja nos partidos. Portanto, para a sociedade as intenções e suas demandas por direito tem que ser realizadas através do Estado. Muitos acreditam que para ter suas demandas atendidas ou mesmo melhoradas é necessário fazer parte do Estado e não simplesmente agir pressionando como sociedade civil. Estramano entende que seria interessante para o país se a sociedade civil tivesse um papel mais ativo, sem a função de cortejar o Estado. Ademais existe uma lógica bipolar, quase futebolística como FLA x FLU, por assim dizer, que é perigosa. A bipolarização é prejudicial, ainda mais em um país com 32 partidos registrados. Isso demonstra que a lógica das trocas continua sobrepondo a lógica das demandas e da luta por direitos. Os partidos tem a missão de trazer a sociedade para os bens compartilhados, para os direitos. Por fim, Rodrigo concluiu afirmando que a multipolarização partidária significa que há pouca capilaridade na sociedade civil.

No encerramento do Workshop, Thelma de Oliveira concluiu que o evento atingiu o objetivo de promover mais formação políticas às novas lideranças, fomentar a criação de redes entre elas e reiterar a necessidade de mais incentivo por parte do PSDB de discussão sobre gênero.